

ESTADO GESTOR: ESTRANHAMENTO E DESUMANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Anelita Maluf Caetano Silva¹
Daniela Rezende de Souza²
Erica Gomes Alves³

Resumo:

Este artigo analisa a desumanização e o estranhamento do trabalho docente no século XXI no contexto do Estado Gestor bem como suas implicações no modelo heterônomo, pragmático e mercantil nas relações de trabalho, cuja produtividade e o individualismo tem se sobreposto à formação e a valorização da vida humana. O trabalho docente tem se deteriorado em relação às objetivações do trabalho precarizado do professor. A ideologia da produtividade tem trazido consequências prejudiciais à vida sócio-familiar gerando um processo de desumanização do trabalho docente. Utilizou-se o método dialético e pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica fez-se uso dos seguintes autores: Previtali, Fagiani, Lucena (2019), Ball (2014), Peroni, Caetano e Lima (2017), Mancebo (1999), Mészáros (2008), Saviani (2013), Oliveira, Silva e Raimann (2020). Desse modo, com o desenvolvimento desse estudo, percebeu-se o Estado Gestor enquanto regulador a serviço do capital tem reforçado a precarização do professor enquanto ser humano em sua individualidade causando o estranhamento do trabalho docente que outrora deveria ser formador. Atendendo, assim, a lógica do capital, incitando a competitividade e ocultando a essência da real função do professor: ensinar.

Palavras-chave:

Estado Gestor. Trabalho Docente. Desumanização. Relações de Trabalho.

STATE MANAGEMENT: STRANGENESS AND DEHUMANIZATION OF TEACHING WORK

Abstract:

This article analyzes the dehumanization and strangeness of teaching work in the 21st century in the context of the State Management as well as its implications for the heteronomous, pragmatic and mercantile model in labor relations, whose productivity and individualism have overlapped the formation and valuation of human life. The teaching work has deteriorated itself in relation to the objectives of the teacher's precarious work. The ideology of productivity has brought harmful consequences to socio-family life, generating a process of dehumanizing the teaching work. The dialectical method and bibliographic research were used for theoretical basis, using the following authors: Previtali, Fagiani, Lucena (2019), Ball (2014), Peroni, Caetano e Lima (2017), Mancebo (1999), Mészáros (2008), Saviani (2013), Oliveira, Silva e Raimann (2020). Thus, with the development of this study, the Managing State was perceived as a regulator in the service of capital, it has reinforced the precariousness

¹Especialista em Arte educação intermediática digital pela UFG. Escola Estadual Washington Barros França. E-mail: anelitaluf@gmail.com.

²Mestranda em Educação pela UFJ. E-mail: daniielamorena@gmail.com.

³Mestranda em Educação pela UFJ. E-mail: ericagomesalves3@gmail.com.

of the teacher as a human being in the own individuality, causing the strangeness of the teaching work that should have been a trainer at first. Thus, it meets the logic of the capital, inciting competitiveness and hiding the essence of the real function of the teacher: teaching.

Keywords:

State Management. Teaching Work. Dehumanization. Work Relationships.

ESTADO GESTOR: EXTRAÑAMIENTO Y DESHUMANIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE

Resumen:

Este artículo analiza la deshumanización y el extrañamiento del trabajo docente en el siglo XXI en el contexto del Estado Gestor, así como sus implicaciones para el modelo heterónomo, pragmático y mercantil en las relaciones laborales, cuya productividad e individualismo se han superpuesto a la formación y valoración de la vida humana. El trabajo docente se ha deteriorado en relación con los objetivos del trabajo precario del profesor. La ideología de la productividad ha traído consecuencias perjudiciales para la vida socio-familiar, generando un proceso de deshumanización del trabajo docente. El método dialéctico y la investigación bibliográfica fueron utilizados para la fundamentación teórica, con los siguientes autores: Previtali, Fagiani, Lucena (2019), Ball (2014), Peroni, Caetano e Lima (2017), Mancebo (1999), Mészáros (2008), Saviani (2013), Oliveira, Silva e Raimann (2020). Por lo tanto, con el desarrollo de este estudio, el Estado Gestor, percibido como un regulador al servicio del capital, ha reforzado la precariedad del profesor como ser humano en su individualidad, causando la extrañeza del trabajo docente que debería haber sido un entrenador. Cumpliendo así con la lógica del capital, incitando a la competitividad y ocultando la esencia de la función real del profesor: la enseñanza.

Palabras clave:

Estado Gestor. Trabajo Docente. Deshumanización. Relaciones Laborales

Introdução

“A massa não é apenas objeto da ação revolucionária; é, sobretudo sujeito.”

Rosa Luxemburgo

Este artigo analisa a desumanização e o estranhamento do trabalho docente no contexto do Estado Gestor no Século XXI bem como suas implicações no modelo heterônomo, pragmático e mercantil nas relações de trabalho, cuja produtividade tem sido posta como fator primordial na carreira do profissional docente, o individualismo tem se sobreposto à formação e a valorização da vida humana.

O trabalho docente tem perdido a sua essência e suas objetivações dentro do campo educacional, toda essa produtividade que tem sido exigida do professor tem ocasionado consequências em todas as áreas de sua vida humana, em seu convívio sócio familiar, em suas relações interpessoais com a sociedade e em sua saúde física e emocional, promovendo assim a desumanização⁴ do trabalhador docente, conseqüentemente o estranhamento.⁵

Atualmente, o mundo vem enfrentando uma luta devastadora contra o corona vírus (Covid-19), que tem exigido de todos nós inseridos nesta sociedade capitalista muita perseverança contra o vírus que ameaça nossa saúde e nossas vidas, contra a fome e a miséria que outrora em oculto agora mais emergente que nunca ameaça a sobrevivência de milhares de brasileiros e de toda a população mundial, contra a corrupção política que devasta a nação brasileira, corrompe a moral e a ética, exclui e segrega.

Neste cenário, os professores, pertencentes à classe trabalhadora, protagonistas de uma triste trama, na qual suas vidas, saúde física e mental tem se sucumbido diante desta situação, toda a pressão exercida sobre a educação, especialmente a educação pública para o atendimento dos alunos no modo de ensino EAD- Educação a Distância.

Tem, portanto trazido muitos dilemas a profissão docente, a falta de aparato tecnológico para a transmissão das aulas e para o uso dos alunos que em sua maioria não fazem uso da internet em casa e de toda a tecnologia necessária devido a questões financeiras em que se encontram numa situação de desigualdade social, onde a única esperança esta pautada em um oceano vasto de limitações para o aluno pertencente da classe trabalhadora, com o ensino remoto muitos alunos não possuem as condições necessárias para terem acesso a essas aulas, estão à margem da exclusão social.

⁴ O trabalhador docente hoje se encontra num processo avançado de estranhamento, de alienação quanto ao seu trabalho, seja na dimensão do produto, do processo de trabalho, de si mesmo e do outro, como ser genérico. Ele se encontra alienado na sua relação com o conhecimento por ele participado na aprendizagem e no trabalho controlado externamente, por intermédio da perda do poder de decisão dos meios, do objeto e do processo em si. Conseqüentemente, o indivíduo não se reconhece na sua atividade e em si mesmo. O seu trabalho passa de um ato prazeroso de realização humana, de transformação de si mesmo, do outro e do meio, a um mister enfadonho, que mortifica, cansa, aliena, sacrifica o ser humano, 12 por ser alheio a si mesmo, e satisfaz apenas, e às vezes precariamente, a sua necessidade física, negando a sua sociabilidade e humanidade. Deste modo, o trabalhador não se reconhece mais no outro indivíduo, passando a vê-lo como um desafeto, um patrão.

⁵ Ao examinar o estranhamento na sociabilidade contemporânea, evidencia o fato de que, [...] se está se objetiva originariamente no processo de produção - e tem neste momento o estatuto ontológico fundante - o capitalismo avançado conseguiu estendê-la até a esfera do consumo. Com todo arsenal mercadológico e da massa média, a possibilidade de manipulação das necessidades de consumo do ser que trabalha o impossibilita, também neste plano, de buscar sua realização, acarretando formas complexas de estranhamento. Fonte: ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. (2000, p 129.)

O Portal Esquerda relata em reportagem que professores⁶ em estado de exaustão, cujo enunciado diz: “Profissionais foram confrontados com adaptações tecnológicas em tempo recorde e com horários de dupla jornada laboral, a maioria dos profissionais com *Síndrome de Burnout*.⁷ Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), alerta para aumento de níveis de stress e exaustão emocional.”

Situação em que observamos a desumanização e o estranhamento do trabalho docente e que tem aflorado neste momento de pandemia em que vivenciamos. A pressão do Estado Gestor sobre o ensino público, acelerando o ritmo de trabalho do professor, atribuindo a ele tarefa de cunho técnico desvalorizando o trabalho docente, cada dia mais emergente nesta sociedade contemporânea capitalista, onde o professor tem estranhado o seu próprio trabalho que tem perdido sua essência diante das políticas regidas sob o domínio do capital.

Para alcançar o objetivo optou-se pela pesquisa bibliográfica como enfatiza Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base no material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Em todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas a partir de fontes bibliográficas”. Fez-se necessário uma revisão de literatura com o intuito de revisar teóricos

⁶ Citado pelo Diário de Notícias (link is external), o presidente da ANDAEP refere que, "se já se falava em *Burnout*, é previsível que o *stress* e a exaustão emocional estejam [agora] a níveis mais elevados" Filinto Lima acrescenta ainda que “existe um grave risco de aumento nas requisições de atestados psicológicos e psiquiátricos”. Os sindicatos já tinham chamado a atenção para este problema, que "aumentou brutalmente". As advertências surgem também por parte do Sindicato de Todos os Professores: Em tempos de pandemia, "muitos docentes estão ainda mais perto da exaustão", destaca. Na reportagem do DN, Paula Nunes, professora e que sofre de depressão crônica, refere que “com o tempo e os desafios da profissão que escolheu”, a doença “tem vindo a agravar-se. Ainda mais desde que a pandemia a obrigou a transformar a forma de exercer”. Decidiu reduzir o horário e só dar 45 minutos diários de aula, mas o dia continua depois disso, muito longe dos horários previstos na lei e no seu contrato. Frisou que tem um único aluno com necessidades especiais e "que precisava de um apoio extra". Fonte: Revista de Esquerda: <https://www.esquerda.net/artigo/covid-19-professores-em-exaustao/67821>.

⁷ No Brasil, os professores ocupam o segundo lugar das categorias profissionais com doenças de caráter ocupacional esta avaliação pode estar subestimada, pois depressão e ansiedade podem ser decorrentes do Burnout e não o diagnóstico principal. A Síndrome de Burnout se constitui como o conjunto de sintomas relacionados à exaustão emocional, falta de realização pessoal no trabalho e despersonalização. A exaustão emocional dimensão individual da síndrome – caracteriza-se pelo sentimento de escassez de energia e de recursos emocionais para enfrentar as situações cotidianas do trabalho. A redução de realização pessoal no trabalho, ou decepção no trabalho é caracterizada pela tendência do trabalhador a se auto avaliar de forma negativa, se sentir incapaz, insuficiente, desmotivado e com baixa autoestima. Consequentemente, a despersonalização ou desumanização se apresenta como resultado do desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas no qual prevalece a dissimulação afetiva e o distanciamento em relação às pessoas que entram em contato direto com o profissional. O indivíduo pode apresentar também, alienação, ansiedade, irritabilidade e desmotivação, que se constituem como dimensões interpessoais do Burnout. Fonte Revista USP: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/104978/116562>.

que abordam sobre o assunto, sendo pertinente para as discussões da pesquisa. Para fundamentação teórica utilizou-se pelos seguintes autores: Ball (2014), Mancebo (1999), Mészáros (2008), Peroni, Caetano e Lima (2017), Previtali, Fagiani, Lucena (2019), Oliveira, Silva e Raimann, (2020) e Saviani (2013).

Este estudo apresentou como o Estado gestor articula, controla e comanda mecanismos da burguesia, deliberando ações para combater a crise financeira. Esse novo modelo de organização atende a lógica do capital, pois passa a controlar as políticas públicas de educação em benefício próprio exigindo resultados eficazes. Desse modo, há um estranhamento do trabalhador docente que não se vê mais na sua função de ensinar, está tão essencial para formação do ser humano, como enfatiza o autor.

Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em três níveis (União, Estados-membros e Municípios). O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto, é pela cúpula dirigente nos três poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal que regula a população nos limites de um território. O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território. (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 12).

Nesse contexto capitalista, o Estado passa usar a educação como mercadoria privatizando escolas e universidades públicas, exigindo dos trabalhadores da educação mais eficiência, eficácia e produtividade em prol do crescimento do capital.

Com a naturalização do privado no público, a democratização da educação e da escola retrocede, há um esvaziamento da participação, autonomia e transparência dos sistemas e as políticas de educação são impressas de cima para baixo, de fora para dentro. É um conjunto de ideias gestadas por representantes do setor privado que vêm produzindo “políticas para e no interior do Estado”, especialmente para a educação pública, que soluções políticas estão à venda, tornando-se uma mercadoria. (PERONI, CAETANO e LIMA, 2017, p. 418).

Assim, este tipo de educação que o Estado gerencial quer instalar não preocupa-se com a qualidade do ensino, melhores condições de trabalho e estrutura física adequada a todos. Como destaca Ball (2014, p. 189), “a educação como área de negócio é afetada por decisões estratégicas com o objetivo de aprimorar a vantagem competitiva, criar novas fontes de valor e melhorar o crescimento de receitas.”

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR NO SÉCULO XXI

A partir da década de 90 o Estado desvia as suas funções de provedor e passa a unir forças com empresas nacionais e internacionais visando privatizar a educação pública. Neste formato capitalista as instituições passam a serem vendidas para empresas privadas com o discurso que a privatização da educação pública é a melhor solução para todos os problemas no sistema educacional, assim o aluno passa a ser visto como cliente em potencial.

Ainda nessa linha de pensamento Ball (2004, p. 1106) destaca mudança da função “do Estado como provedor para o Estado regulador, estabelecendo as condições sob as quais vários mercados internos são autorizados a operar, e o Estado como auditor avaliando seus resultados”.

Este modelo gerencial apresenta por referência básica, o atendimento à lógica empresarial e ao mercado competitivo, adotando concepções instrumentais/funcionais de autonomia e de participação. O setor privado, através de dispositivos variados, constitui-se numa fonte de inspiração privilegiada e, nas suas versões mais puras, a fórmula apregoada para a superação da crise de legitimidade da universidade aparece associando-a “a uma imagem de moderna estação de serviços, funcionalmente adaptada às exigências do mercado e às necessidades dos seus clientes e consumidores”. (MANCEBO, 1999, p. 463)

O professor, agora, tem seu trabalho precarizado, bem como o ensino, e o adoecimento desses profissionais a cada ano tem aumentado devido a tantas demandas exigidas pelo sistema capitalista de ensino. O professor segue a serviço do Estado que visando o lucro e não priorizando a formação humana, segue de modo destrutivo ordenando mudanças que tem afetado o trabalho docente e principalmente a saúde desse profissional.

Nessa perspectiva, o professor que deveria ter todas as condições de trabalho necessárias para formação de sujeitos críticos, torna-se peça chave neste sistema de produção e exploração da força de trabalho usado como instrumento pelo capital que impõe que ele seja competitivo e individualista, que ele atenda e adapta-se as exigências do mercado de trabalho e dos seus “clientes”, como alertam os autores.

Os jovens trabalhadores e trabalhadoras são constringidos a adaptarem-se à fluidez das relações de emprego, que passam a ser pautadas nos contratos

temporários à relação com mais de um emprego com extensão da jornada de trabalho total, às formas individualizadas de avaliação de desempenho que levam à diferentes remunerações. Sob essas novas condições de trabalho e de via, eles são fortemente influenciados em sua subjetividade, desenvolvendo sentimento de insegurança, injustiça, insatisfação, falta de reconhecimento profissional, frustração e depressão. Esse conjunto de elementos dificulta o reconhecimento de uma identidade de classe e contribui para a desmobilização coletiva de formas de resistência, ao mesmo tempo em que aflora sentimentos de “naturalização” da precarização das condições de trabalho e de vida. (PREVITALI, FAGIANI e LUCENA, 2019, p. 192).

Por tudo isso, observa-se com a precarização o trabalhador docente instrumento alienado neste sistema capitalista é obrigado a cumprir uma jornada exaustiva de trabalho, exigindo que seja competitivo, individualista, produtivo e competente nas suas funções.

Esses trabalhadores devem se adequar e aumentar a produtividade com baixo custo para o capital gerando o mais valia⁸, pois o mais importante neste contexto gerencialista é incentivar a lucratividade, parceiras privadas, privatizações da educação pública e reproduzir essa ideologia dominante na força do trabalho. As consequências são devastadoras, pois não se reconhecem como classe que deve lutar em prol de um “coletivo” por melhores condições de trabalho.

Nesse sentido, Previtali, Fagiani e Lucena (2019) destacam que a precarização não é um acontecimento atual, pois é constituinte da categoria de trabalho no sistema capitalista. O trabalhador é alienado de si e pelo trabalho que conseqüentemente passa a ser usado, manipulado e explorado pela classe burguesa.

Além disso, as condições e relações de trabalho são dominadas e controladas pelo capital que impõe suas regras e demandas exigindo dos trabalhadores docentes novas competências e habilidades para as diversas funções que irão executar na área educacional. Obviamente, esse cenário desencadeou um novo ritmo de trabalho nas instituições de ensino, pois o docente é brutalmente atingido com ordens e regras estabelecidas pelo Estado e implementadas nas políticas públicas para educação.

A esse respeito, Mancebo (1999) enfatiza que o trabalho docente realizado por professores efetivos/ substitutos e temporários estão diversificados e fragmentados, pois são compostos por poucos profissionais qualificados e efetivos e com salários não compatíveis com a sua função, conseqüentemente os trabalhadores são facilmente substituídos por outros

⁸ A **mais-valia** é o termo utilizado por **Karl Marx** em alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada que é utilizada na produção de mercadorias. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca.

que não têm conhecimentos e habilidades pertinentes para formação de sujeitos críticos, gerando uma desvalorização e perda da identidade docente.

Diante desses apontamentos, o trabalhador só é produtivo quando gera resultados significativos de produção para o sistema capitalista, na condição de alienados e usados como mercadoria para beneficiar o capital. A falta de consciência de classe passa a ser responsabilizados com exigências e demandas que vão além da prática docente, ficando sobrecarregado com diversas funções. É primordial discutir que o ensinar e aprender fazem parte da formação humana e que o processo de conhecimento é sistematizado na escola, esse ambiente é essencial para romper o sistema burguês, como enfatizam os teóricos.

Os educadores, professores e professoras, no ato de ensinar, manifestam suas histórias de vida e sua formação profissional, uma concepção de mundo e de educação. Nesse sentido, a educação escolar não pode ser entendida como neutra, posto que os educadores que nela estão são sujeitos políticos no seu sentido mais amplo, isto é: da política enquanto tomada de decisão que se faz cotidianamente, nas salas de aula, nos conselhos, dos procedimentos pedagógicos, do material didático e das avaliações. A escola, portanto, se configura em palco de conflito político-ideológico sobre qual os fins da educação, quais sejam: o cidadão que se deseja formar voltada para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, preparando-a ou se apenas para uma qualificação restrita, vinculada às ocupações no mercado de trabalho. (PREVITALI, FAGIANI E LUCENA, 2019, p. 194)),

É necessário pensar-se que a educação é formativa e na sociedade capitalista se torna alienada e conseqüentemente essa estrutura capitalista se reproduz nas relações de trabalho. Segundo Mészáros (2008, p. 61), “o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunstanciais à legitimação constitucional democrática do Estado capitalista que defende seus próprios interesses”.

As Reformas do Estado Gestor vão ao encontro aos interesses do capital, a educação torna-se um aparelho ideológico em função de alienar e formar a sociedade de acordo com seus ideais. De acordo com os autores.

É nesse cenário que as reformas na educação têm sido implementadas, em uma perspectiva que relaciona o liberalismo econômico com a modernização do Estado e dos aparelhos ideológicos que o compõe, imprimindo a necessidade de redução dos gastos públicos em especial nas esferas sociais apontado como saída para a crise fiscal. (OLIVEIRA, SILVA e RAIMANN, 2020, p. 268),

Essa mudança que vem ocorrendo no contexto educacional tem trazido consequências ao trabalho docente, como, a precarização do trabalho com baixa remuneração, desqualificação e fragmentação do trabalho do professor a perda cada dia mais evidente do reconhecimento social, a perda do controle sob a sua própria profissão.

Segundo o jornal a Folha de São Paulo⁹, neste contexto de pandemia os pais têm assumido o papel do professor no ato de ensinar os filhos, neste modelo de ensino remoto observamos os discursos dos pais nas redes sociais e veículos de comunicação afirmando a dificuldade enfrentada nos últimos dias tendo a responsabilidade de ensinar e orientar os filhos em casa. Para além desta situação, a demissão de professores, a substituição e o enquadramento do mesmo em funções técnicas tem desqualificado o trabalho docente em seu nível mais extremo.

Ainda, a intensificação da jornada de trabalho dos professores tem gerado adoecimento em prol do atendimento de um sistema determinado pelo Estado gestor, o aumento do sofrimento subjetivo, o estímulo ao individualismo, a precarização das condições de trabalho, carregam graves consequências para a saúde desses profissionais da educação como o desenvolvimento de síndromes como a síndrome de Burnout, o cansaço e o desânimo tem levado muitos profissionais a até mesmo desistirem de sua carreira na docência.

Sob essas novas condições de trabalho e de vida, eles são fortemente influenciados em sua subjetividade, desenvolvendo sentimento de insegurança, injustiça, insatisfação, falta de reconhecimento profissional, frustração e depressão. Esse conjunto de elementos dificulta o reconhecimento de uma identidade de classe e contribui para a desmobilização coletiva de formas de resistência, ao mesmo tempo em que aflora sentimentos de “naturalização” da precarização das condições de trabalho e de vida. (PREVITALI, FAGIANI e LUCENA, 2019, p. 192).

⁹Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/pandemia-leva-pais-a-tirarem-filhos-de-escolas-de-ensino-infantil-e-poe-setor-em-risco.shtml>. Acesso em: 07. Set. 2020.

Essa descentralização do papel efetivo do Estado tem gerado a miséria¹⁰, tem adoecido os profissionais da educação, tem excluído os menos favorecidos, tem causado a desumanização entre os homens, entre o homem e a natureza, entre o professor e a sociedade brasileira. O fato é que os professores têm perdido a sua identidade nesta sociedade, estão apagados diante da luz sombria e perversa de um Estado que tem trabalhado em prol de seus interesses e não pelo interesse do povo. Quantos de nós, sobrecarregados temos deixado nossa profissão, exaustos, desanimados, sem expectativas, desvalorizados a deriva de uma sociedade que caminha em sentido a barbárie social.

O empobrecimento do conhecimento, a valorização da prática, o acúmulo do capital acima da evolução da ciência, os conflitos educativos, a negação da história e utopia pregada pelo capitalismo tem devastado a carreira docente, a desumanização do ser humano enquanto ser genérico tem afastado a sociedade de um avanço contra a desigualdade social em nosso país, “reduzindo o cognoscível à experiência sensível, à manipulação do tópico e do imediato.” (KUENZER e MORAES, 2005, p. 181).

O cenário que vivenciamos hoje para a produção e reprodução do trabalho de forma geral para os professores, não é promissor. A história nos revela uma crise estrutural da sociedade, que pode impactar a vida do trabalhador docente refletindo inclusive na perda de direitos conquistados historicamente ao longo dos anos. O que observamos diante dos fatos é que se tende a intensificar o adoecimento, a precarização e o sofrimento do professor em seu ofício, o ensino. De acordo com o que fala (MARX e ENGELS, 2010, p. 44), “As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontraram já elaboradas quando do seu aparecimento, quer das que ele próprio criou.”

¹⁰ Dados do Cadastro Único do Ministério da Cidadania mostram que a pobreza extrema no país aumentou e já atinge 13,2 milhões de pessoas. Nos últimos sete anos, mais de 500 mil pessoas entraram em situação de miséria. O Nordeste tem o pior cenário, sendo que as maiores taxas a cada 100 mil habitantes são do Piauí (14,087), Maranhão (13,861) e Paraíba (13,106). De junho de 2018 a junho de 2019, Roraima e Rio de Janeiro tiveram o maior aumento da extrema pobreza, com incrementos de 10,5% e de 10,4%, respectivamente.

No Distrito Federal, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, até junho de 2019, era de 158.280, entre as quais 71.091 com renda familiar per capita de até R\$ 89,00 por mês. Em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) tirou o Brasil do Mapa da Fome, composto por países em que mais de 5% da população consome menos calorias do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Há o temor, porém, de que o país volte a fazer parte do grupo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2017, a pobreza no Brasil passou de 25,7% para 26,5% da população. O número dos extremamente pobres, aqueles que vivem com menos de R\$ 140 mensais, saltou, no período, de 6,6% para 7,4% dos brasileiros. Fonte: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 09/09/2020.

Sendo a personalidade do ser humano e neste caso do professor uma formação de onde a essência parte do conjunto das relações sociais dentro da perspectiva da psicologia histórico cultural, onde o ser humano é formado a partir de suas relações sociais, no sistema político e econômico no qual estamos inseridos, para analisarmos o movimento da nossa consciência frente ao nosso trabalho numa sociedade capitalista no qual o adoecimento tem marcado a carreira docente.

Considerações Finais

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.”

Rosa Luxemburgo

Concluimos que o professor tem sofrido como estranhamento de seu trabalho devido as implicações perversas do sistema capitalista vigente em um modo de educação alienada.

Estamos adoecendo! E precisamos problematizar esse assunto para além das paredes da sala de aula. Desbravar este caminho é um desafio lançado, a luta de classe se faz importante para que reais mudanças possam acontecer nesta sociedade capitalista bem como para a classe dos professores. Estes conflitos provocados pela gestão do Estado a serviço do capital têm precarizado o estado emocional e suas condições de trabalho.

De acordo com Dejours (1992), o processo de adoecimento de nós seres humanos é uma reação do nosso organismo quando colocado em situações em que nos encontramos debilitados por fatores biológicos e psicológicos e também por fatores externos do nosso cotidiano como má alimentação, acidentes, falta de saneamento básico e relações de conflitos em que nos sentimos ameaçados por situações em que estamos inseridos.

Desse modo, dentro de uma visão da totalidade do cenário real da carreira docente no século XXI, (DUARTE, 2011, p. 163) desvela em seus escritos que o trabalho docente sendo parte dessa totalidade formada pelo trabalho no sistema capitalista, torna-se refém à sua lógica e às suas contradições. Pensando assim, compreendemos que nossa luta é e deve ser coletiva, que é preciso descortinar a ação do capital por trás das políticas educacionais e da Gestão do Estado, esse compromisso precisa ser de todos nós.

Mesmo diante de tantos enfrentamentos ainda temos uma perspectiva de luta por nossa classe, a mudança de personalidade e estado de saúde do professor atualmente nos

revela a passividade que tem sido tratado o trabalhador docente a hierarquização das atividades do professor tem contrariado a sua própria essência, o trabalho educativo e formativo. De acordo com Saviani (2013) a educação por meio do ensino sistematizado que é organizado pelo professor é que vai possibilitar aos alunos estabelecer generalizações para então tornar-se seres ativos na construção da história e que esse processo ocorre pela mediação da totalidade

De forma contraditória o que tem ocorrido é o esvaziamento do conhecimento e paralelo o trabalho do professor vem perdendo o seu sentido e o seu lugar na sociedade atual. Afastando os alunos da realidade mais complexa e de um posicionamento político diante dos fatos sociais. Assim, o ofício do professor, o ato de ensinar possui um sentido político. Para Saviani (2013, p. 17), “para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado, é necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação, isso implica dosá-lo e sequenciá-lo para que a criança passe do seu não domínio ao seu domínio”.

O cenário que enfrentamos hoje revela as contradições das relações econômicas, o foco na produtividade nas reformas do Estado Gestor e o desfoque da formação humana surgem efeitos negativos do processo educacional e na apropriação do conhecimento pela sociedade em especial a classe trabalhadora a qual o professor está inserido e tem sofrido as consequências de um sistema perverso, autoritário e desumano.

Diante desses resultados, e de nossas experiências de vida como educadoras a mercê desse processo de adoecimento do profissional docente, compreendendo a importância da luta de classes, do papel do professor na sociedade bem como para a sua emancipação e o papel da educação na formação humana, gostaríamos de agradecer de forma especial ao grupo de Estudos e Pesquisa da UFJ- Universidade Federal de Jataí, o NUFOPE (Núcleo de Pesquisas Formação de Professores e Práticas Educativas) em nome dos docentes e coordenadores: Dr. Ari Raimann, Dra. Elizabeth Raimann, Dra. Camila Alberto Vicente de Oliveira, que sempre nos incentivaram a pesquisa e a militarmos por nossa classe e por melhores condições de trabalho, a vocês nossa gratidão.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BALL, Stephen J. **Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar**. Campinas, 2004.

BALL, Stephen J. **A educação global S.A: novas redes políticas e o imaginário liberal**. Editora: UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leão Ferreira. 5. ed. Cortez: São Paulo, 1992. ISBN 978-85-249-01101-0.

DUARTE, Adriana. **Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. DUARTE, Adriana. Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento. 2011.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Professor (a): a profissão que pode mudar um país? **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 65, p. 178-200, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/STI/Downloads/8642704-Texto%20do%20artigo-14461-1-10-20160106.pdf> Acesso em: 8. Set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUENZER, AZ. MORAES, M.C.M. Temas e Tramas na Pós-Graduação em educação no Brasil. In: Moreira, A. F. PACHECO, J.A. (Org.). **Globalização e educação: desafios para políticas e práticas**. Porto: Porto, 2005, p. 167-187.

MASSA, Lilian Dias Bernardo. SILVA, Talita Silvério de Souza. SÁ, Isabela Sebastian Vieira Barbosa. BARRETO, Bárbara Costa de Sá. ALMEIDA. QUEIROZ, Pedro Henrique Tavares de. PONTES, Tatiana Barcelos. Bernardo Massa LD, et al. **Síndrome de Burnout em professores universitários**. São Paulo. 2016 maio/ago.;27(2):180-9.

MARX, Karl. **O capital**, Volume I – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: **Boitempo**, 2010.

MANCEBO, Deise. Políticas para a educação superior e cultura universitária: O exercício da solidão no ideário neoliberal. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 463-480, 1999.

Disponível: http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=101. Acesso em: 05. Jun. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Eulália Gonçalves Souza. SILVA, Sandorlei Aparecido. RAIMANN, Ari. Reforma do Estado e suas contradições. **Revista Panorâmica**, Mato Grosso, 2020.

Disponível em:

<http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/issue/view/50/showToc>.

Acesso em: 07. Jun. 2020.

PERONI, Vera. CAETANO, Maria Raquel. LIMA, Paula. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista retratos da escola**, Brasília, v.11, n.21, p. 415-432, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.793>.

Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>.

Acesso em: 05 jun. 2020.

PREVITALI, Fabiane Santana (Org.), FAGIANI, GILSON César, LUCENA, Carlos. Trabalho e precarização docente sob o Estado Gestor no Brasil. **Desafios do trabalho e educação no século XXI: Os 100 anos da Revolução Russa**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

